



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Curso de Geografia



ILZIMEIRE ALVES DA SILVA

A COMPREENSÃO DO CONTINENTE AFRICANO DE FORMA POSITIVA–

**Uma possibilidade para execução da lei 10.639 em uma escola da zona leste na
cidade de Uberlândia.**

Uberlândia, 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Curso de Geografia



ILZIMEIRE ALVES DA SILVA

**a compreensão do continente africano de forma positiva – uma possibilidade para
execução da lei 10.639 em uma escola da zona leste na cidade de Uberlândia.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a aprovação no curso de Bacharelado em Geografia, submetida à avaliação da banca examinadora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

Uberlândia, 2017

AGRADECIMENTOS

Não apenas pelo costume, agradeço primeiro a Deus, pois todas as vezes que eu pensava em desistir entreguei nas mãos Dele.

Ao meu avô **José Aleixo** que mesmo sem saber ler, cheio de sabedoria de vida, com seus conselhos e histórias sempre me incentivou a estudar dizendo sempre que meu estudo seria útil para mim e não para ele ou qualquer outra pessoa.

A minha mãe **Ilza Maria** e meu pai **João Alves**, por toda a parceria com que me acompanhou em toda essa longa jornada. Pelas inúmeras noites que me esperaram acordados para me buscar no ponto de ônibus a meia noite ou para ouvir, atentos, as novidades que a faculdade e cada viagem feita (e foram muitas) me proporcionava. Nunca me esqueço do meu pai me ligando quando viajei para o Acre me pedindo pra voltar, e chorando quando eu cheguei. Obrigada pelos sacrifícios que vocês fizeram em razão da nossa educação, nós sabemos que não foram poucos. Desculpe pelas vergonhas e tristeza que fiz vocês passarem nesse período todo de amadurecimento; agradeço por toda a paciência nos meus erros (que não foram poucos) e acertos. Saibam que a história de superação de vocês me deu força e motivação para que hoje nós comemorássemos essa vitória. Obrigado novamente. Essa conquista é de vocês.

Aos meus irmãos **Jean Sulyvan** e **Jalles Matheus** que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, preocupando-se até com os problemas pessoais pelos quais passei durante esse período do curso. Obrigado por contribuir com tantos ensinamentos, tanto conhecimento, tantas palavras de força e ajuda. Espero um dia chegar ao nível sensitivo de vocês.

Ao meu amor **Wenderson Rodrigues** (*In memoriam*), por ter me dado “*a sorte de um amor tranquilo*” e nunca ter deixado de acreditar em mim e me mandar forças mesmo quando as suas já não eram suficiente. Sua capacidade de amar tendia ao infinito. E você estava certo, fui capaz, consegui.

As amigas recentes **Priscila Silva** e **Aline Gil**, por me ensinarem a ser sensível e mostrar que nós erramos ao julgarmos as pessoas e perdemos muito tempo odiando aqueles que poderíamos amar. Amizade que hoje, indispensável em minha vida.

As amigas mais presente de todas, que sempre me suportaram chorando, reclamando, sorrindo, gritando e de mau humor, **Cristielle Soares, Fabiane Rodolfo e Janaína Nazário**.

Ao **Luiz Felipe** e **Marcelo Silva** que todo semestre que eu dizia chorando que iria desistir do curso sempre me ajudavam como podiam, seja com palavras ou ações. Gratidão imensa por esses dois.

Ao **Fabício Denner de Melo**, meu amigo de curso, de vida e professor de geografia que me proporcionou as práticas mais intensas da minha vida em sala de aula e agüentar meus choros na sala de professores e minhas caras de assustada em sala de aula.

Aos meus bichos de estimação que alegam a minha casa, e agüentaram minhas lamentações a cada semestre da universidade.

As pessoas que tive o privilégio de trabalhar, desde 2010 quando ingressei no curso, com quem pude aprender, com aqueles que tiveram paciência com os meus erros. Sou muito grata por toda a experiência que adquiri com cada um de vocês.

Ao meu orientador, **Túlio Barbosa**, que com muita paciência e pouco fôlego, conseguiu corrigir os meus textinhos em vermelho e por ser um excelente professor e profissional, pelos seus conselhos, pela confiança e presteza. Sem palavras para agradecer pelas noites perdidas, pelos neurônios queimados e pelos cabelos arrancados, pelas minhas reclamações, pelos meus choros e pela insistência toda vez eu dizia: “- Professor eu desisto”.

A **Mizmar Couto** por todo semestre atender prontamente sempre muito paciente minhas perguntas estúpidas, meus telefonemas e emails.

Ao professor **Mirlei** por ter me dado um caderno no meio do curso, e ao professor **Heitor Sayeg** pela amizade eterna e orações quando eu mais precisei.

A todas as pessoas que durante o meu curso de alguma maneira tornaram minha vida acadêmica cada dia mais desafiante.

Aos que foram apenas figurantes na minha vida nesse período.

Aos amigos conhecidos e anônimos, onde quer que estejam meu muito obrigado, aos amigos virtuais que a vida não proporcionou ainda conhecer de rosto, meu agradecimento pelas palavras de apoio e incentivo.

Foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e maleabilidade para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinha. Minha terna gratidão a todos aqueles que colaboraram.

Peço a Deus que os abençoe grandemente, preenchendo seus caminhos com muita paz, amor, saúde e prosperidade.

Porque assim é.

Examinai tudo. Retende o bem.

1 Tessalonicenses 5:21

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo desmistificar junto aos alunos a ideia de que o continente Africano é apenas um “país” pobre negros, fornecedor histórico de escravos e doenças contagiosos e letais, com total ausência de eventos importantes, além de observar qual nível de conhecimento que alguns (as) alunos de ensino médio possuem sobre a Lei 10639/03, trabalhando a África com os alunos apresentando apenas aspectos positivos do continente como autores africanos, alguns costumes, super-heróis, militantes, economia, criatividade, a alegria, a musicalidade, a hospitalidade, a inteligência, a riqueza histórica e arqueológica, as riquezas minerais, a riqueza da zoologia e também pessoas influentes, tudo isso sendo trabalhado através de um breve processo histórico, apresentando desde as principais influencias diretas e mostrando nos dias de hoje pessoas negras que são influentes, mas que não são valorizadas e destacadas como deveria ser. Para sua realização foi feita uma pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo onde elaboramos um questionário constituído de perguntas abertas e fechadas além de aulas praticas. Pudemos perceber que a simples existência da Lei 10639/03 e os cursos de capacitação para os profissionais da educação com o foco “História e Cultura AfroBrasileira” não é a garantia da sua aplicação, é necessário também na formação continuada dos/as professores/as, pois muitos não possuem os recursos (habilidades) necessários para transmiti-la aos alunos/as, orientá-los sobre quais as metodologias adequadas para se tratar o assunto em sala de aula.

Palavra chave: Lei 10.639/2003, Educação, África, preconceito, ensino em geografia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
A LEI 10.639/03 E O CONTINENTE AFRICANO	13
OS DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA LEI 10.639/03	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A lei 10.639/03 tem ampla importância para o ensino de Geografia, desta forma, o presente trabalho justifica-se por trazer o debate de constituir um caminho teórico e pedagógico para ensinar o continente africano. A referida lei contribui para pensarmos a contribuição do povo negro nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, filosóficos, geográficos e históricos.

O presente trabalho teve como objetivo desmistificar e desideologizar junto aos alunos do ensino médio de uma escola da zona Leste na cidade de Uberlândia-MG a ideia de que o continente Africano é apenas um “país” pobre cheio de negros, fornecedor histórico de escravos e doenças contagiosos e letais, com total ausência de eventos importantes os quais direcionaram todo o pensamento racista e conservador para longe, visto que o continente africano é repleto de histórias de lutas contra a opressão e também responsável direto por toda a cultura aprendida no continente europeu a partir da Grécia.

Além disso o trabalho valoriza os aspectos histórico culturais de origem africana através do processo histórico, destacando os pontos positivos desse continente. Com ajuda deste trabalho foi possível fazer os alunos compreenderem a África de uma forma mais realista, já que as questões negativas não correspondem a todo o processo histórico, nem a civilização africana e suas múltiplas culturas, o que pôde ser visto ao final com uma roda de conversa. A formação de opinião diferente desses alunos levou os mesmos ao final de cada aula redefinirem o continente africano. Desta forma, promoveu um reconhecimento, onde o aluno negro pode se sentir representado de forma positiva em sala de aula. Trabalhamos também a tomada de consciencia do aluno para que ele se veja como pessoa igual aos demais, para isso focamos no desenvolvimento de conceitos e temas que trataram o negro como sujeito constituinte das mais amplas capacidades e responsável direto pela formação do continente Africano, via Egito, também a cultura ocidental.

Foi mostrado também a importância de se estudar a África através de suas qualidades e não apenas de seus problemas como é mostrado nos livros didáticos. Foi promovido nas aulas uma discussão sobre o racismo, entre professor e aluno e aluno e

aluno, e aproveitamos o momento de formação de conceitos, para mostrar que o negro não deve ser lembrado e visto como problema seja no passado ou atualmente.

Apresentamos para escola e diretamente ao professor de geografia uma possível metodologia de como pode ser implementada a lei 10639 em sala de aula de forma didática e eficaz, pois de acordo com os parágrafos da lei 10.639:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

No ano de 2003, foi sancionada pelo governo federal a Lei Nº 10.639/03, que dispõe sobre o ensino da história e cultura africana e a inserção do papel da população negra no histórico de formação da nação brasileira. Essa Lei prioriza o debate e a ação na área da educação no sentido desenvolver a partir do Protocolo do Ministério de Educação e Cultura e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (MEC/SEPPIR), firmado no mesmo ano, os seguintes eixos: garantia do acesso e permanência das crianças negras na escola; promoção da alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos negros/as; incentivo à inserção de jovens negros/as nas universidades e o estímulo de uma pedagogia não racista, não sexista e não homofóbica no sistema educacional brasileiro.

A Lei nº 10.639/03 é regulamentada pelo Parecer homologado em 19 de maio de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As Diretrizes se constituem em orientações de como a Lei deve ser implementada. Ela faz parte de um conjunto de ações afirmativas que devem ser assumidas pelo Governo Federal e por toda a sociedade, representada nas diversas instâncias, assumindo uma agenda de compromisso no combate ao racismo e no reconhecimento do povo negro como constituinte da nação brasileira.

As conquistas oriundas da implementação da Lei nº 10.639/03 como uma ação afirmativa, fruto das reivindicações do Movimento Negro Brasileiro, contém incentivos e aprendizados para as novas gerações que devem perceber que a Lei, se não for implementada e colocada em prática com o apoio das Secretarias de Educação de cada Estado e Município, tornar-se-á letra morta. Portanto, cabe aos educadores,

educandos, corpo diretivo da escola, bem como familiares e à comunidade civil organizada a responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento da aplicação da Lei nº 10.639/03, contribuindo, assim, para a disseminação de novos conceitos e práticas educativas que auxiliem no combate ao racismo e preconceito racial, ainda presentes na sociedade brasileira.

Esses pressupostos nos orientam que a educação tem um caráter que vai além da aquisição de competências técnicas para o trabalho, pois em nosso entendimento o ato de educar perpassa pela preparação de pessoas independentemente de gênero ou etnia para que essa possa exercer seus direitos enquanto cidadão numa perspectiva de uma sociedade de direitos e democrática.

Devido a estas diferenças comprovadas sociologicamente, a partir de finais de 1970 o Movimento Negro Brasileiro recomeça seu protesto. Em 1988, o ano do Centenário da Abolição e da Assembleia Constituinte, esse movimento saiu às ruas em todo território nacional para protestar contra a farsa da abolição. No campo institucional, saiu da constituinte vitorioso com uma série de ações afirmativas. Dentre essas constam o dispositivo que garantiu o direito da população remanescente de quilombo à titulação da terra. No aspecto jurídico político foi sancionado a Lei Caó que criminaliza o racismo. Na política institucional, foi criada a Fundação Palmares como um órgão do Ministério da Cultura. No decorrer do tempo, a combinação de uma política de mobilização popular com a via institucional o Movimento Negro Brasileiro tem sido propositivo para o Estado no sentido de implementações de políticas afirmativas. No ano de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com estatuto de Ministério e sancionado a Lei 10639/03. Assim, orientado pela permanente mobilização do Movimento Negro Brasileiro os governantes tem criado algumas ações afirmativas e estas têm sido entendidas por Gomes (2001) como:

[...] políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física e situação socioeconômica. (p. 99)

Santos (1990) enfatiza que ações afirmativas são:

[...] Medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar

desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento. Bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (p. 25)

Desta maneira, o presente trabalho se insere diretamente na responsabilidade de se constituir como mais uma contribuição para o fortalecimento das questões étnicas com supressão de tudo que possa indicar de negatividade para as questões afro-brasileiras e africanas.

Este trabalho se deu a partir da realização do Estágio IV do curso de Licenciatura em Geografia cuja temática central foi as questões étnicas-raciais, cultura afro-brasileira e geografia do continente africano. Para a realização do presente trabalho foram escolhidos os alunos do ensino médio de uma escola estadual de Uberlândia localizada no setor leste da cidade. Fizemos uma reunião junto com a diretora e professora de geografia e estas deram total liberdade para aplicação do trabalho. Uma vez que a professora de Geografia estava desenvolvendo atividades a partir da temática de nossa pesquisa e ficou realmente contemplada quanto a temática sobre o continente Africano e também os alunos estavam envolvidos em um trabalho onde teriam que formar grupos e apresentar os países do continente Africano, pois esta metodologia, segundo a professora foi a única forma encontrada por ela para que pudesse cumprir o que manda a lei 10639/13.

Para a realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Para o trabalho de campo elaboramos um questionário constituído de perguntas abertas e fechadas. Os sujeitos desse projeto foram alunos do ensino médio da Escola Estadual situada no setor leste da cidade.

CAPÍTULO 1

A LEI 10.639/03 E O CONTINENTE AFRICANO

O ensino do continente africano é realizado de forma muito breve tanto no ensino fundamental como no ensino médio, os livros didáticos não apresentam uma relação direta com as questões cotidianas nacionais e não efetivam, de fato, a legislação pertinente aos temas obrigatórios. Os próprios livros didáticos de Geografia fundamentam questões de ordem hierárquica na produção de uma compreensão espacial e desqualificam o continente africano por dividi-lo em África branca e África negra, como salientou Tonini (2001, p.1):

Ao abrir um livro didático de geografia, já no sumário encontro a expressão: *África continente negro* (Sanches e Sales, 1999, p.4). E, ao adentrar o livro percebo a predominância de um arquivo de imagens articulando uma visibilidade fornecida pela cor da pele. Folhando outro livro deparo-me com o título: *Ásia —grande e misteriosa* (Piffer, 1998, p.5). É mais um dito gerado pela espacialidade física mostrada intensamente pela cartografia, a qual elabora um território grandioso e, por imagens que mostram a exotividade dos asiáticos capturadas pelo olhar do estrangeiro. Manuseando mais um livro defronto-me com a frase: *América Latina —a pobreza do homem em terras de riqueza* (Beltrame, 1999, p.3), aí está uma expressão construindo um significado sustentado pela suposta incapacidade humana de beneficiar-se em meio a tanta abundância de recursos físicos. Mudo outra vez de livro e encontro enunciados referentes à Europa e aos Estados Unidos: *a integração da Europa Ocidental* (Antunes, 1998, p.3) e *Estados Unidos, a superpotência* (Magnoli e Scalzaretto, 1998, p.5). Esses enunciados expressam uma dizibilidade que os mostram como países associados e superiores a outros. E ao folhear várias obras didáticas, vou encontrando discursos que dão visibilidade e dizibilidade sobre as identidades étnicas de modo que algumas são colocadas em posições diametralmente opostas das outras.

As constatações de Tonini (2001) realizadas antes da lei 10.639/03 trazem um quadro preocupante por sinalizar condições de inferioridade ao continente africano, mesmo depois da lei em vigor existe ainda muita deficiência científica e pedagógica nos livros didáticos publicados após 2003 e também pouco avanço nas publicações institucionais federais e quase nada nas publicações institucionais de Minas Gerais. Desta forma, o desafio para implementar a lei em diálogo com a realidade passa pela superação de uma tradição

A lei 10.639/03 fundamenta o direcionamento para o ensino de Geografia quanto as questões até aqui apresentadas, isso implica em produzir material didático, formar professores e efetivar nas aulas uma relação crítica e significativa com o continente africano. A África precisa ser pensada na sua magnitude, na sua formação ambiental, nas suas riquezas culturais, nas suas diversidades étnicas e nos processos de deterioração que foram causados pelos europeus no processo de colonização. A relação entre o que é a África e o que foi feita da mesma pelo processo colonizador é de suma importância, já que a Geografia na escola precisa demonstrar para os alunos a verdade histórica e sua consequência especializada.

Essa negligência com o continente africano operacionaliza o racismo no Brasil, não que isso seja a causa de todos os males, porém ao associar o negro com um continente falido cheio de mazelas e o papel subtraído e inferiorizado dado pelas elites brancas aos homens e mulheres negras escravizadas, causa e sem dúvida, associações ideológicas as quais podem provocar o racismo. Neste sentido, trabalhar de forma integral com o continente africano é de suma importância por apresentar outra visão do mesmo e ensinar como as mazelas sociais, políticas e econômicas são resultados dos processos de exploração dos países europeus os quais escravizaram e mataram, destruíram a natureza e provocam ainda hoje muita poluição. Ou seja, a fome, as guerras, as degradações sociais e ambientais foram causadas diretamente pelo processo de colonização iniciado no século XV, desta forma, entendemos que já são mais de 500 anos de exploração nos aspectos humanos e ambientais, tal situação de séculos de exploração deram ao continente africano o “perfil” que tem hoje e, esse “perfil” é apresentado nas escolas somente no nono ano do ensino fundamental, isso implica na negligência criminosa para com a África e os descendentes africanos no Brasil.

Além dos aspectos formativos que são propositalmente negligenciados na escola, também precisamos levar em consideração a situação social e econômica do negro no Brasil, uma vez que o ensino de Geografia negligência os aspectos positivos do continente africano e os aspectos formativos do Brasil a partir da herança africana cria-se uma situação de menosprezo pelas questões étnicas e raciais, bem como pode configurar um estímulo, por negligencia, quanto ao racismo, como salienta Barbosa (2017, p. 3):

Ensinar Geografia tem que ser pensado no que é dito e no que não é dito, no que é ensinado efetivamente e refletir as lacunas ou mesmo

ausências do que não é ensinado. Existe um conjunto de conhecimentos que foram selecionados para fazer a Geografia Escolar e com isso ensinar Geografia por esses conhecimentos, tais conteúdos são fundamentados para que se aprenda e, portanto, conheça algo e esse algo estará diretamente ligado à forma objetivada desse conhecimento. Conhecer na Geografia Escolar significa dar possibilidades para refletir sobre um conjunto de conhecimentos selecionados, tudo que se ausenta também tem um princípio, tal princípio deve ser compreendido como negligência; assim, não tocar nas mazelas causadas pelos europeus para com a África é uma forma de estímulo por negligência na formação de uma mentalidade racista. Negligenciar a África na sua plenitude e na responsabilidade do que é decadente é uma forma de produzir racismo por negligência.

Deste modo, cobramos que a lei 10.639/03 seja trabalhada, pois conforme Barbosa (2017) a negligência também é fator de produção do racismo. A Geografia precisa se responsabilizar por esse direcionamento crítico quanto ao continente africano conforme a lei 10.639/03 e com isso ensinar o conteúdo que incluirá o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

A responsabilidade da Geografia fica evidente ao trazer a formação da sociedade nacional e do território brasileiro para que os alunos consigam compreender todos os benefícios que foram incorporados a nossa cultura nos seus múltiplos aspectos.

O ensino da cultura/história da África e Afro-brasileira nas escolas é essencial para possibilitar a desconstrução da imagem distorcida que temos sobre a África, e também contribuir para a construção da identidade do negro como indivíduo, para que o negro possa se aceitar e perceber que sua posição de minoria dominada, subalterna, não é algo natural, é algo construído e imposto historicamente pelo desenvolvimento da sociedade capitalista. Entretanto, a Lei 10.639/03 foi duramente criticada por alguns segmentos sociais. Algumas pessoas a acusaram de ser racista por privilegiar um só setor étnico brasileiro em detrimento dos demais. Outras, criticaram o conceito de “raças humanas” que estaria implícito, argumentando que só uma raça existiria no planeta, a raça humana, e, ademais, acrescentam que os descendentes de japoneses, árabes, espanhóis, portugueses, alemães, chineses, entre outros, também deveriam, por

lei, ter o ensino de sua cultura e história consideradas obrigatórias em todo o território nacional. Contra argumentando às críticas, o movimento negro destaca todo o histórico de opressão da trajetória dos negros na consolidação de nosso país, relembrando que ao longo dos anos, sua imagem e história foram desqualificadas e caladas. (SANTOS, 2016, p. 24).

A lei trouxe condições para que se cobrasse não apenas do Estado, mas também das escolas, dos professores, dos supervisores escolares, das direções escolares, enfim, a lei fez com que a responsabilidade fosse superior a imposição da negligência. Os argumentos que Santos (2016) elencou quanto as críticas à referida lei, são argumentos irresponsáveis e que almejam a produção de uma negligência para que a questão do negro e da África continue como está e que o racismo não seja combatido por todas as disciplinas escolares e por todos os professores. Aqui ressaltamos a responsabilidade e o sentido em ser professor de Geografia a partir dessa lei, visto que a aplicação da mesma requer também condições teóricas e compromisso social e político dos mesmos.

A dificuldade em aplicar a lei está na formação dos professores e no despreparo dos mesmos para abordar essas temáticas. É preciso muito esforço para poder avançar essas questões, já que as condições culturais e a formação teórica dos professores, de forma geral, são apoiadas em autores europeus com pouca discussão sobre o continente africano.

A professora de línguas Fabia Kelli Batista Lopez, do colégio estadual de São Miguel do Araguaia, em tantos anos de existência da legislação, é uma das inúmeras vozes que admitem nunca ter desenvolvido, de modo contínuo em suas aulas, conteúdos que atendam à legislação. Revela que falta material didático adequado na escola e que nunca participou de nenhum programa de capacitação para lidar com as diretrizes curriculares para a educação para as relações étnico-raciais. Diz que sabe muito pouco sobre a Lei e explica o motivo: “É que nós temos que trabalhar esse conteúdo sobre a cultura africana e do afro-brasileiro na sala de aula, nós sabemos disso, mas só que ele é mais trabalhado mesmo na época da consciência negra [...] a gente não trabalha no decorrer do ano”. Classificar o racismo como crime hediondo e aprovar leis como a que está aqui em tela, ou o Estatuto da Igualdade Racial – que busca igualar as condições de oportunidades e representatividade do segmento negro na sociedade ao tempo em que instrui a defesa dos direitos étnicos individuais –, são medidas que possuem imenso significado para o antirracismo. Contudo, ao que parece, as práticas antirracistas no ambiente escolar ainda estão a depender da iniciativa

da professora negra ou do professor negro e das/os trabalhadoras/es da educação politicamente engajadas/os. Acresce a professora Fabia que, para atender efetivamente à legislação, “é necessário ter mais informações, cursos de capacitação... que a parceria com o sindicato é essencial”. Por outro lado, Noemi Medeiros, graduada em educação física, agente educacional em uma escola de periferia no vigésimo quarto núcleo da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, nos faz crer que essa falta de material didático, bem como informação e preparo para lidar com os conteúdos pertinentes acabam por liquefazer o que, anteriormente à criação da Lei nº 10.639, de 2003, parecia tornar mais sólido o embate. A opinião dessa servidora pública remete à desconfiança de que, sem uma estratégia eficaz pronunciada pelo Estado para a implementação da legislação, possivelmente pode estar havendo mais ocultação das tensões provocadas pelo racismo na escola, em razão do maior conhecimento de outra lei, aquela que pune por crime de racismo. “O que eu acho mais triste é precisar existir uma lei para a gente ser respeitada. Eu acredito que nós estamos sendo mais respeitados, assim em termos de... eles olham a gente com mais cuidado. Não é que terminou o racismo, mas é que ele está cada vez mais oculto. A agressividade que se fazia... hoje eles sabendo que é crime e que a gente passa para o aluno que tem uma lei que ampara ele... [...] então, quando tu conheces uma Lei tu estás amparado [...] quando tu tens uma Lei tu mostras que não estás sozinho, que somos um grande grupo que estamos lutando por esse ideal”. (SOUZA & XAPURÍ, 2017, s.p).

Na citação anterior, mesmo não sendo de professores de Geografia, são de grande importância, pois colocam a lei e a responsabilidade da mesma para efetuar novas práticas pedagógicas. Sublinham a importância de materiais didáticos adequados e da responsabilidade do Estado na formulação de políticas educacionais e com isso o fortalecimento de práticas pedagógicas. O antirracismo no ambiente escolar, como sinalizou a professora no artigo de Souza e Xapuri (2017), ainda é pouco trabalhado, são as práticas da lei e da consciência étnica e racial que alavancará condição efetiva para a subtração do racismo.

O papel da Geografia é de grande relevância por apresentar as questões sociais, econômicas, políticas e culturais de forma integrada, o problema é que essa integração, ou totalidade, não corresponde as exigências legais, uma vez que o que se tem hoje no ensino é uma caracterização de inferiorização do continente africano com influência direta sobre o papel do negro na sociedade brasileira.

O processo de negligência da cultura e história afro-brasileira tem sua origem na indisponibilidade do respeito para com a tradição do continente africano. A Geografia da África ensinada nas escolas deveria ser superior as ensinadas hoje, essa superioridade se dá no movimento de ensinar a real história e apontar como essa influenciou decisivamente e deixou como herança para a população brasileira. A escola, nesse caso, o ensino de Geografia precisa evidenciar uma África real e não apenas as mazelas, as divisões dos Estados e a cartografia colonizadora, tudo isso tem grande impacto na escola, na forma como os estudantes olham a África e como enxergam a si próprios. O racismo somente poderá ser combatido quando todas as disciplinas escolares forem direcionadas para a valorização real dos negros no Brasil e também melhorando fatores econômicos.

No livro de Paulo Freire e Sérgio Guimarães (2011) Nita, fazendo o prefácio, lembra os desafios de pensar o continente africano para além

Da África se fala apenas da Sida/Aids generalizada, da extirpação do clitóris das mulheres ainda meninas, da fome endêmica, das guerras, da corrupção, enfim, da “barbárie” dos povos negros. Entretanto, nunca se relaciona algumas dessas “barbáries” com a malvadez da natureza mesma da colonização e das dificuldades que a invasão cultural provocou por mais de cinco séculos, impedindo-os dos avanços necessários na educação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento global das novas nações. Uns poucos dados falam por si sós: a Guiné-Bissau chegou à independência, em 1975, com 93,7% de analfabetos e analfabetas; e, em 490 anos, de “1471 até 1961, apenas se formaram catorze guineenses com curso superior e onze no nível do ensino técnico”.

No mesmo livro Nita escreveu:

Paulo não cansava de recordar que os povos africanos que se submeteram por mais de cinco séculos à colonização malvada e perversa dos colonizadores portugueses — característica, aliás, intrínseca a este processo “civilizatório” — não perderam muitas das raízes culturais e linguísticas. Os nativos esconderam-se nas florestas e preservaram as suas histórias tribais, suas crenças e sua fé, mas contraditoriamente impossibilitaram-se de crescer na dinâmica necessária do aperfeiçoamento cultural. Quando as forças da metrópole abandonaram “suas colônias” ressurgiram as tradições, as práticas cotidianas religiosas com seus ritos e crenças, com suas músicas e danças. Com suas centenas de línguas diferentes. Mas os povos africanos, como todos os povos submetidos à colonização, não puderam perceber o que cabia e o que não cabia de seus costumes e crenças no mundo pós-industrial. Não puderam distinguir o que

preservar e o que abandonar para se inserirem no mundo do século XX no qual viviam, como seres para si, diferentes, não necessariamente inferiores, dos europeus, dos americanos ou dos orientais.

Nita (2011) faz um balanço do continente africano após a ida involuntária de Paulo Freire para lá, esse balanço parte das vivências de Freire que ocorreram junto com Guimarães em 1978, esse balanço demonstra como em 500 anos os europeus fragilizaram o continente e o destituíram de muitas riquezas e em alguns casos ou momentos até mesmo de sua identidade. Essa identificação com o continente africano é também tema de negligência na Geografia, visto que apenas os aspectos negativos são apresentados sem maiores críticas, sem maiores apontamentos sobre as origens desses males.

Diante disso, o ensino de Geografia também reforça esses aspectos conservadores ao limitar o continente africano numa classificação econômica, segundo Barbosa (2017, p. 5):

Classificar é sempre direcionar uma visão de mundo, uma conformidade de mundo, um destino de mundo. A classificação sempre segue padrões daqueles que dominaram, como por exemplo o padrão estético branco europeu ou mesmo o modo de vida dos estadunidenses. As classificações de povos, continentes, países e territórios seguem os mesmos princípios: delimitação de visão sobre problemas. Assim, não seria diferente com os malditos conceitos de países desenvolvidos, países subdesenvolvidos, países emergentes, países ricos, países pobres, enfim, mas essa classificação econômica se nega a deixar nítida o que ela esconde: que existem países pobres por causa da exploração, então, deveríamos mudar essa classificação, uma vez que essa prejudica muito o continente africano e a história da África no Brasil, pois simplesmente acordam os geógrafos que é um continente subdesenvolvido, mas na verdade é um continente explorado por forças malignas que extraíram fortunas, sangues e corpos.

Conforme Barbosa (2017) a classificação é uma arma poderosa para inferiorizar os povos, os países, os continentes e até mesmo a cor de pele, com isso chama-nos a atenção da lei 10.639/03, pois a mesma nos remete a obrigação de falarmos de uma África explorada, mas também de luta. Não foi tão simples dominar o continente, por isso a classificação não basta, precisamos mergulhar na história e entender todos os processos. E são justamente esses processos que a lei nos obriga a

pensar e a ensinar. Devemos ensinar sobre a África, mas não um continente distante, mas um continente que está em nós e que forjou quem nós somos: brasileiros. O domínio do continente africano e de negros e negras no Brasil foram realizados sob muita luta, muita resistência, portanto, ser descendente do continente africano implica em não ser omissos em relação aos problemas e sofrimentos, tal como em nota de rodapé de seu trabalho Santos (2016, p. 17) nos alertou:

Devemos ressaltar que durante e após a escravidão, houve fortes lutas de resistência negra, dentre as quais destacamos os as fugas coletivas, os suicídios, os abortos e infanticídios cometidos pelas escravas e os quilombos, organização e lugar de abrigo para os negros escravizados que fugiam. O quilombo mais conhecido foi o de Palmares e seu principal líder foi Zumbi, que comandava a resistência do quilombo contra as tropas da coroa portuguesa e lutava pela libertação de todos os escravos, sendo hoje a maior referência quando falamos em um líder negro. Além da resistência dos quilombos, destacamos igualmente a formação da Guarda Negra, um movimento composto por negros, alguns deles capoeiristas, que apoiavam o Império e defendiam a princesa Isabel. Se posicionavam contra a República, temendo que a queda do Império pudesse representar um retrocesso, mesmo que jurídico, nos direitos “conquistados” pelo negro no dia 13 de maio. Uma situação inusitada, uma vez que os interesses dos republicanos iam ao encontro dos interesses dos senhores fazendeiros. Tão importante na luta pela liberdade, porém nem sempre lembradas, foram Dandara, Teresa de Benguela e Luísa Mahin, símbolos da resistência negra feminina. Dandara, lutou contra a escravidão, foi mulher de Zumbi e mãe de seus filhos, foi mulher guerreira que contribuiu na defesa do quilombo de Palmares, porém, pouco se sabe sobre sua história. Teresa de Benguela, também conhecida como Rainha de Benguela, liderou o quilombo de Quariterê (Guaporé - Mato Grosso) após a morte de seu marido José Piolho. Sob seu comando, o quilombo cresceu, chegando a agregar índios bolivianos e brasileiros na defesa de sua comunidade. Teresa de Benguela chegou a ser comparada com Zumbi, devido sua liderança, luta e resistência, sendo reservado o dia 25 de julho (Dia da Mulher Negra) em sua homenagem. Luísa Mahin, mãe do abolicionista Luís Gama, nasceu na tribo Mahi e pertencia a religião islâmica, foi trazida como escrava para Bahia e virou quitandeira após receber sua alforria. Durante sua trajetória, teve participação em todos os levantes de escravos ocorridos na Bahia, incluindo a Sabinada e a Revolta dos Malês.

Essa resistência também precisa aparecer nas aulas de Geografia, pois o continente cartografado elenca os países, as divisões, os rios, as montanhas, mas falta a ligação com os processos de lutas seja no Brasil seja na África. Essas lutas apresentam um outro olhar para o continente e para os negros no Brasil, não se trata de apresentar um quadro cheio de promessas de um povo, mas de feitos históricos e que graças a esses feitos ainda pode a África e os negros no Brasil trilharem um caminho de libertação. Ninguém nasceu escravo, mas foram escravizados e com isso passaram a interpretá-los como cativos, quando na verdade são nossos exemplos de lutas e resistências a tudo que está posto.

Outro ponto que é de suma importância para o ensino de Geografia é o mapa do continente africano. O mapa não revela a totalidade histórica, ao contrário, apresenta apenas fragmentos dessa história ao mostrar o desenho cartográfico atualizado com suas divisões territoriais e regionais. O mapa da África precisa ser compreendido na sua dimensão de lutas, conquistas, vitórias e derrotas tanto dos africanos como dos europeus, todavia apenas o mapa forjado pelos europeus é dimensionado e ensinado nas escolas.

Neste sentido, as lutas e a relação cartográfica precisam evidenciar os aspectos que tratam a lei 10.639/03 e com isso dinamizar uma crítica suficiente por parte dos alunos para compreenderem a espacialização da África no Brasil e quanto de africano todos nós brasileiros somos. Olhar para o mapa da África de uma forma que supere as condições das projeções de Mercator, uma vez que essa projeção não sinaliza o tamanho real dos continentes e é justamente essa projeção que tem em quase todos livros didáticos de Geografia. Os alunos ao olharem para o mapa terão como centralidade a Europa, além de estar no centro do mundo, também está na parte “de cima”, no Norte, com isso a África tem seu real tamanho subtraído, sobreposto pelo continente Europeu. Trabalhar com outras projeções com a de Arno Peters de 1973 tem grande relevância, já que esse historiador, que não era cartógrafo, teve como fundamento subtrair esteticamente as distorções de Mercator e demonstrar um mundo mais justo e mais próximo da realidade.

Talvez seja por causa das influências socialistas em contrapeso ao capitalismo e de uma consciência social mais crítica depois da Segunda Guerra Mundial, que se iniciou uma discussão mais polêmica nos círculos de Cartografia sobre “a projeção do mundo politicamente correta”. Em 1973, o historiador alemão Arno Peters

apresentou sua projeção “equivalente” do mundo em uma conferência para a imprensa. Sua preocupação era a representação do mundo socialmente mais justa. Seus ataques foram direcionados contra a projeção de Mercator que retratava uma mentalidade colonialista e racista, porque posicionava o equador em baixo da linha central do mapa e distorcia as áreas nas altas latitudes, aumentando o tamanho e a importância do Primeiro Mundo. Para Peters, era necessário fortalecer o Terceiro Mundo, mostrando seu tamanho real em relação às áreas do Primeiro Mundo, o que contribuiria para uma compreensão progressiva e liberal dos assuntos sociais globais, tanto que a clientela principal do mapa de Peters foi constituída de organizações internacionais como Christian Aid, Igreja Luterana, UNESCO e UNICEF, que distribuíram mais do que 60 milhões (!) de cópias. (SEEMANN, 2003, p. 13).

Essa projeção de Peters nos leva direto para as questões de negligência quanto ao continente africano, visto que os livros didáticos continuam usando a projeção de Mercator e não contribuem para pensarmos as reais grandezas do continente africano, em outras palavras, a Geografia Escolar já tinha ferramentas teóricas para pensar as questões cartográficas ligadas a política, economia e cultura, mesmo assim, os livros não apresentam esses questionamentos e desobrigam os alunos de pensarem o real “tamanho” físico do continente, essa dimensão geográfica é parte fundamental para afirmar a África como continente importante e não apenas como lugar da miséria.

Ensinar Geografia, portanto, a partir da lei 10.639/03 fundamenta a crítica ao estabelecido ao mesmo tempo em que permite a compreensão de todo dinamismo histórico que se especializou. São muitos os pontos que temos que pensar para subtrair todo pensamento conservador, imperialista e de medo, devemos ensinar sobre a África como um continente de superação e as questões históricas e culturais da mesma, decisivas nos embates nacionais e na formação do território brasileiro.

A legislação coloca a obrigatoriedade, mas entendemos que se trata muito mais de questões éticas e científicas que buscam subtrair todos os equívocos que ocorreram e ocorrerem no ensino de Geografia. A legislação não veio como bondade ou favor, pois a lei somente foi possível com os inúmeros movimentos sociais dos negros e negras brasileiras, com muito esforço e muita luta para garantir que a história da África e dos africanos no Brasil não fosse subtraída e com essa memória podemos constituir um mundo mais justo, fraterno, igual e não racista. A educação geográfica

tem essa responsabilidade tal responsabilidade nos faz pensar no papel cotidiano do professor e do livro didático, na formação desse professor e das formas didáticas que o mesmo trará em aula o conhecimento selecionado pelo Estado, essa seleção deve ser pensada dialeticamente e responsabilizado cada conteúdo, isto é, como cada conteúdo pode frear ou acelerar as questões relacionadas a lei 10.639/03.

Diante disso, é importante frisarmos as palavras de Freire e Guimarães (2011) em palestra em plena África com muito estudantes e pensadores africanos considera que a educação tem um papel decisivo para a subtração dessa visão preconceituosa e injusta de mundo:

[...] {a} transformação de um sistema educacional elitista, reacionário, verbalista, para um tipo de educação em que a produção esteja casada com a educação, em que se busque pouco a pouco superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, é uma coisa que a gente pode imaginar quão difícil é! Quanto mais eu me meto no esforço de reconstrução nacional desses países, quanto mais eu me molho nas águas da reconstrução, tanto mais eu descubro o óbvio: quão difícil é realmente reconstruir uma sociedade! Criar uma sociedade nova, que vai gerar um homem novo e uma mulher nova! E aí a gente percebe, na verdade, como isso não tem nada que ver com mecanicismos, que não tem nada que ver com espontaneísmos, nem tampouco com voluntarismo. Mas, pelo contrário, isso demanda uma consciência política clara, que se vai clarificando mais na práxis política, fora da qual não há caminho, eu creio, não há solução. Quer dizer: como desenvolver um sistema educacional que estimule a criatividade, a inventividade, a percepção crítica do momento mesmo em que se vive, o sentido da participação, a superação dos interesses individuais em função dos interesses coletivos? Como desenvolver toda uma nova pedagogia se as próprias estruturas da sociedade não foram total e radicalmente transformadas ainda?

Paulo Freire sinaliza as dificuldades, principalmente por ser uma educação elitista e essa educação tem grande repercussão nas formas de organização social e política, a transformação social é de grande importância, como Freire sinalizou ainda não se tem uma transformação imediata da estruturas, mas essas estruturas podem ser pensadas e repensadas para que o bem máximo tenha ampla capacidade de subtrair os imperativos elitistas.

Assim, no nosso próximo capítulo trataremos da aplicação dessa lei numa aula de Geografia, apresentaremos como as questões aqui levantadas nesse capítulo

são de grande importância para a conscientização sobre o continente africano, sobre as questões étnicas-raciais e a luta contra o racismo.

OS DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA LEI 10.639/03

A lei 10.639/03 tem ampla importância para o ensino de Geografia, uma vez que a mesma permite efetuar um ensino de fato crítico, já que além das condições de classe torna-se evidente as condições étnico raciais e tudo que engloba essa relação. Ensinar Geografia pela referida lei é de suma importância por trazer questões antes negligenciadas pela própria Geografia, já que segundo Santos (2011) a lei apresenta as relações étnico raciais para a educação no sentido de denunciar os problemas oriundos desse tema, ao mesmo tempo em que também não mais permite o silêncio quanto a crimes e injúrias sofridas por negras e negros em todo país, neste sentido, o autor Santos (2011) sublinha o conhecimento afro-brasileiro e africano como conhecimentos que quebram estereótipos e paradigmas racistas, refundando a Geografia no sentido da responsabilidade de não se silenciar e nem silenciar temas e problemas originados das questões étnico raciais. O autor destaca que a referida lei tem alguma possibilidade de se constituir como ferramenta científica, pedagógica e cultural na quebra do racismo para a promoção da educação para a igualdade racial e com isso execute uma formação humana que promova valores éticos e não racistas.

Diante dessas questões o presente trabalho a partir do Estágio Supervisionado IV teve inúmeros desafios, dentre eles os próprios da cidade de Uberlândia por constituir-se uma cidade em disputa pelas tradições culturais negras e a hegemonização da cultura burguesa branca, uma cidade que historicamente expulsa os negros das áreas mais nobres e subtraí na constituição cultural. Felizmente, negros e negras de Uberlândia lutam cotidianamente para a subtração dessas questões e a afirmação de uma cultura que não seja vitimada pelo preconceito e racismo. A lei 10.639/03 tem impacto decisivo nesse cenário local, mas depende totalmente de como a mesma será inserida na sala de aula pelos professores e respeitada pela comunidade.

É importante destacarmos que Uberlândia é uma cidade com população total de 604.013 habitantes, segundo Censo 2010/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destes, os negros (aqueles se declaram de cor preta ou parda)

representam 42,9% deste total de habitantes. Este número é bastante significativo quando falamos de políticas direcionadas à temática afro-racial. Esta cidade possui 384 instituições escolares, sendo 179 do ensino fundamental, 158 da pré-escola e 47 de ensino médio (IBGE, 2010). De acordo com esses dados podemos perceber que a região se encontra privilegiada no tocante ao número de instituições de ensino destinados ao ensino da pré-escola, fundamental e médio.

Dias (2004) afirma que a Lei nº 10.639/03 apresentada de imediato teve como função precípua responder a antigas reivindicações do Movimento Negro. Para Kabengele Munanga,

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (2005, p. 17)

Assim sendo e, considerando os conceitos e a Lei 10639/03 acima destacada, foi escolhida uma escola pública da região leste da cidade de Uberlândia, no ano de 2016. A escola conta com uma boa estrutura física, com banheiros individuais, sala de biblioteca, auditório (que não pôde ser usado pois não tinham cadeiras pois estavam em reforma), duas quadras, área verde e cantina. Logo ao saber da idéia do projeto a vice diretora disponibilizou qualquer tipo de ajuda áudio visual ou técnica para o desenvolvimento das aulas.

É uma escola com bastante projetos e que faz questão que os alunos participem com suas criações e mostrem seus talentos, pois sempre os chamam para tocar ou dançar quando tem algum evento na escola, e principalmente, é uma escola que valoriza a participação da família dentro da escola, seja em reuniões, eventos, festas, etc.

Surgiu esse trabalho com o objetivo de primeiro observar qual nível de conhecimento que alguns (as) alunos (as) de ensino médio possuem sobre a Lei 10639/03, segundo trabalhar a África com os alunos apresentando apenas aspectos positivos do continente como autores de origem africana, alguns costumes, super-heróis, militantes, economia, criatividade, a alegria, a musicalidade, a hospitalidade, a inteligência, a riqueza histórica e arqueológica, as riquezas minerais, a riqueza da zoologia e também pessoas influentes.

Tudo isso sendo trabalhado através de um breve processo histórico, apresentando desde as principais influências diretas e mostrando nos dias de hoje pessoas negras que são influentes, mas que não são valorizadas e destacadas como deveria ser, pois segundo Hernandez (2005):

O conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente (HERNANDEZ, 2005, p.18).

O que faz com que a formação do conceito referente a palavra África, seja feita de forma errada, pois faz os alunos confirmarem que no continente africano possui apenas características negativas. Embora a intenção fosse evitar durante a aplicação do projeto, o uso de expressões negativas relacionada ao continente, palavras estas como intolerância, rivalidade entre etnias, a violência contra a mulher, miséria, doenças, disputas políticas dentre outros, os usos destas palavras surgiram automaticamente, porém sem receber destaque em todas as aulas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, existem dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir; ação esta que este projeto busca trabalhar com alunos do ensino médio.

Para a realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Para o trabalho de campo elaboramos um questionário constituído de perguntas abertas e fechadas. Os sujeitos desse projeto foram alunos do ensino médio da Escola Estadual situada no setor leste da cidade.

Dos questionários aplicados todos foram respondidos e devolvidos, embora alguns alunos mostrassem desconhecimento do assunto, desinteresse a respeito do tema e alguns ainda demonstravam descaso tanto a temática envolvendo a Lei quanto às questões relacionadas a importância do papel da população negra na história de formação do nosso país. Com o objetivo de preservar a identidade dos nossos sujeitos, codificamos os mesmos utilizando como critério a ordem numérica e o sexo.

O presente trabalho escolhido para ser aplicado em alunos do ensino médio, se justificava primeiramente devido ao fato de ser obrigatório o ensino da história africana na sala de aula. Embora de 2003, poucas escolas fazem valer a aplicabilidade dessa lei, seja por falta de “jeito” dos professores na forma de abordar a temática em sala de aula, ou também pela falta de metodologia e conhecimento de forma geral. O debate realizado pelo movimento negro sobre a questão étnico-racial tem se intensificado nos últimos anos no Brasil, o que conseqüentemente faz com que o número de denúncias tem aumentado, pois a partir do momento que as pessoas têm conhecimento e facilidade de acesso aos seus direitos e deveres, ela pode lutar por certa causa.

Discutir a questão do racismo em sala de aula, não como forma de silenciar, mas como forma de destacar que é necessário discutir, pois é algo muito próximo dos alunos, mas que não é discutido de forma correta, uma vez que a falta dessa discussão só contribui tanto para o aumento de atitudes racistas e também falta de interação entre os alunos.

Para que o aluno tenha acesso a estas informações positivas relacionadas ao continente africano em sala de aula, precisa antes de mais nada de professores qualificados e comprometidos, momento em que entra diretamente o interesse da escola em que esses professores sejam qualificados, liberando-os para cursos de capacitação e formação continuada.

Os sujeitos iniciais para a aplicação desse projeto eram alunos do ensino fundamental, a escolha por alunos apenas do ensino fundamental deu-se depois de uma observação onde professores de ensino fundamental (especificamente história) a incumbência de ministrar conteúdo em consonância com os preceitos da lei 10.639/03. O que é um erro, pois embora a referida Lei tenha um conteúdo multidisciplinar, podendo ser trabalhada em várias disciplinas, percebemos que muitas vezes se torna uma “obrigação” do professor de história articular a lei 10.639/03 dentro de seu conteúdo.

Depois de uma reunião com a vice-diretora da escola, houve uma mudança quanto aos sujeitos que participariam das atividades. Uma vez que a professora dos alunos iria se ausentar na escola durante uma manhã. Os alunos que foram contemplados foram alunos do terceiro e segundo ano do ensino médio do período da manhã, sendo três salas de alunos do terceiro ano e uma sala de alunos do segundo ano.

Durante observação, como a professora já havia dito aos alunos que haveria alguém para substituí-la na sexta-feira com uma atividade diferente, o que foi importante, pois todos os alunos ficavam curiosos em saber qual seria a atividade que seria realizada.

O livro utilizado na escola possui algumas informações sobre o continente Africano, no decorrer do ano esse continente foi trabalhado de forma positiva com os alunos em sala de aula como forma de apresentação em sala de aula. O livro não estava 100% adequado mas a professora de Geografia soube adaptar a realidade dos alunos, fazendo com que cada aluno escolhesse um continente africano e apresentasse suas características economia, de fauna e flora, seu povo, cultura, etc.

Sem a presença do estagiário em sala os alunos se comportavam, embora a professora tivesse que falar a todo o momento que qualquer atividade dada valeria nota, para que então todos participassem das atividades, pois, embora estivessem comportados em sala de aula, pôde ser visto que 60% dos alunos realizava atividades de outras disciplinas que eles julgavam como mais importante no momento.

Como dito anteriormente, o principal objetivo desse trabalho foi desmistificar junto aos alunos a ideia de que o continente Africano é apenas um “país” pobre cheio histórias e acontecimentos negativos, sem nenhum evento que foi positivo e que ainda hoje venha contribuir de forma a não depreciar o continente africano.

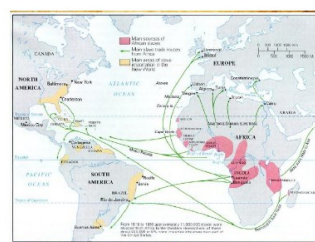
Ao chegar à sala de aula a primeira pergunta comum em todas as salas foi se a atividade do dia valeria nota. Como a professora já havia conversado com todos, a professora e vice-diretora da escola deu total liberdade e autoridade dentro da sala de aula durante a aplicação do projeto. O projeto foi aplicado no 3ºA no qual tivemos 21 alunos, 3ºB o qual tivemos 27 alunos, 3ºC e 2ºE o qual tivemos 30 alunos em cada sala, no período da manhã.

A apresentação foi montada com nove slides, sendo a primeira apenas de apresentação. Em seguida falamos sobre a rota da escravidão junto com a definição da palavra Diáspora, mostrando o mito de sua definição e sua real definição, poucos alunos sabiam o significado da palavra, mas foram sorteados balas e chocolates na sala para quem soubesse responder as questões colocadas, o que fez com que os alunos participassem devido ao clima de competição.



Diaspora	
MITO	REALIDADE
• É nome dado ao transporte de negros escravos para o Brasil.	• Dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos. • É um movimento. • Carrega consigo culturas e as coloca em outras culturas. • Promove hibridismo. • É um processo e transformação irreversível. • Produz novas culturas distintas das originárias.

No slide seguinte foram apresentados mapas que mostravam a rota da escravidão, de onde saíam os povos africanos e para qual local iam desembarcar, e foi mostrado que o Caribe e a América do Sul receberam 95% dos povos africanos que chegam às Américas, menos de 4% desembarcaram na América do Norte e pouco mais de 10 mil na Europa.



Nos dois slides seguintes foram trabalhadas algumas características do continente Africano como um todo, denominado “*África branca versus África Negra*” foram usadas imagens da internet para ilustrar as diferenças existentes no continente, os alunos ficaram espantados ao ver as diferenças, pois pôde ser visto desde pessoas africanas negras de pele extremamente escura, até um concurso de Miss na África do Sul onde todas eram brancas e loiras, tínhamos também imagens de pessoas albinas que até então 90% dos alunos não sabiam que geneticamente falando, são também pessoas negras.

Tivemos também imagens da cidade de Johannesburgo a maior cidade da África do Sul, principal núcleo urbano, industrial, comercial e cultural do país, fotos de lugares que demonstram riqueza e beleza, o que fez com que os alunos questionassem se realmente todas essas coisas bonitas eram realmente na África, pois segundo eles, na África só tinha pobreza, negros e fome.

No momento em que foi apresentada a foto da modelo e atriz Lupita Amondi Nyong'o, mexicana, mas de nacionalidade queniana, muitos alunos disseram que ela era uma modelo americana, disseram também ser a própria Naomi Elena Campbell porque era “bonita demais” e “bem-sucedida demais” para ser africana.



No slide seguinte foi trabalhada a questão da dança e assim alguns ritmos africanos que nós brasileiros fazemos igual mesmo sem ter conhecimento, foram citados como exemplo o jongo, a roda de capoeira, o samba de roda, o maracatu e também o Kuduro, nessa oportunidade foram mostrados alguns vídeos e também uma música de origem africana adaptada para o Brasil que pouca gente sabe, motivo este para surpresa dos alunos, pois muitos diziam conhecer a música mas não sabiam que ela era de origem africana.

Foi citado o cantor angolano Anselmo Ralph, a escolha dele se deu por dois motivos. O primeiro deles é que Anselmo Ralph já veio a cidade de Uberlândia junto com Yola Araújo também cantora angolana para participação na gravação do DVD do cantor da cidade Alexandre Pires o qual gravaram a música “*A Deus eu peço*”. O segundo motivo da sua escolha foi devido ao cantor Zé Felipe e Ludmilla e ter regravação uma versão de sua música “*Não me toca*” em destaque no momento, a música recebe o mesmo nome, o mesmo ritmo porém com algumas adaptações na letra; muitos alunos já ouviram as duas músicas porém não conheciam o cantor e nem sua origem.

O slide seguinte foi um dos que mais prendeu a atenção dos alunos, este foi o intitulado “*Super heróis e super-heroínas negros: quantos super heróis negros você conhece?*” e este tinha a imagem de muitos heróis e os alunos buscavam identificar alguns heróis negros na imagem.

Como os sujeitos do projeto teve de ser alterado tive que adaptar essa parte da apresentação trazendo essa questão para a realidade dos alunos, incluindo o evento CATSU – *Convenção de Animes e Tokusatsus de Uberlândia* - durante a aula. Como a 90% dos alunos conheciam o evento mas não os heróis e heroínas negros, muitos ficaram surpresos ao verem a quantidade de pessoas negras representando super-heróis.

Alguns pensaram ser uma realidade bem distante deles, até o momento que a própria estagiária passou umas das fotos onde ela estava fantasiada de umas das super-heroínas negra, isso fez com que vários alunos e alunas se interessassem pelo assunto e se disponibilizarem a pesquisar mais a fundo outros heróis e heroínas pra usar a fantasia em um próximo evento da CATSU que acontecerá em maio de 2017.



Por fim como “cortesia” foram apresentados com um slide referente a alguns jogos africanos que nós brasileiros também fazemos e às vezes adaptamos a nossa maneira, alguns alunos inclusive falavam: *“Eu já brinquei disso, mas não sabia que era trem da África”*.

Em todas as salas embora cada uma tenha tido a sua particularidade e dificuldade específica, foi possível perceber que de certo modo alguns alunos absorveram alguma informação positiva referente ao tema proposto.

As experiências realizadas em sala de aula foram fundamentais para compreendermos os encaminhamentos para pensarmos o continente africano, desta forma, os alunos foram provocados para refletirem sobre os aspectos reais do continente, isso significa que os problemas não foram suprimidos, mas foram apresentados de tal forma que compreendessem o direcionamento dado de miséria como condição nada natural do continente e como o mesmo diante dos problemas ainda tem amplas condições de superação.

A fundamentação teórica que foi trabalhada a partir da lei 10.639/03 trouxe um novo alcance pedagógico, com isso ao tratarmos do continente africano não ficamos apenas na visão dita imparcial ou mesmo nula, mas focamos na subtração de problemas e indicamos um caminho para uma crítica efetiva, enfim, como já salientamos a África é um continente fantástico dotado dos atributos mais amplos quanto as riquezas naturais, cultura e história.

Neste sentido, fomos obrigados a nos debruçar de forma diferente sobre o continente africano, demonstrando toda sua riqueza e beleza, como salienta a lei 10.639/03, visto que a referida lei implica na fundamentação de novas diretrizes pedagógicas para pensar a herança africana no Brasil e desta maneira organizar os temas geográficos.

Durante as aulas foram presenciadas situações complicadas que verificamos tratar justamente de uma construção pedagógica que desconhece as condições da lei 10.639/03, já que os estudantes se mostraram completamente distantes das questões étnico raciais e até mesmo do próprio sentimento de pertencimento às questões étnico raciais.

A atividade avaliativa foi dada em forma de questionário antes das aulas começarem, foi aplicado o questionário abaixo como forma de detectar o nível de conhecimento do aluno referente ao tema África.

A questão que mais chamou atenção foi a questão aberta a qual pedia que o aluno escrevesse ou desenhasse a primeira coisa que vinha em mente quando ele escutasse a palavra África, teve desde desenhos de mapas, armas e crianças em situação de fome, ate textos destacando coisas boas e ruins do continente, sendo a 80% aspectos negativos.

Como por exemplo este questionário onde uma aluna do 3°C que vê Africa como *“um lugar onde as pessoas moram com muita dificuldade.”*

Como outro exemplo temos uma outra aluna, agora do 3ºA que ao responder a ultima pergunta disse que *“África é um continente com um nível de pobreza alto, onde algumas partes do continente não tem o que comer e muito das vezes morrem de fome. É também um continente que viveu conflitos que geraram guerra.”*; pôde de ser visto na fala dessa última aluna talvez uma maior empolgação referente ao tema.

Isso pode ser um reflexo do que é apresentado aos alunos durante o ano letivo e no uso dos livros didáticos, onde fotos com imagens de pessoas negras e termos

como escravos ou escravidão não esclarecem a questão de raça e nem de preconceito e discriminação racial, livros mostram apenas que os negros foram prisioneiros de guerra, filhos de escravos ou até mesmo homens livres que foram vendidos como escravos, quando se trata da origem dos seres humanos e do povoamento de vários lugares do mundo, o negro parece não fazer parte desse processo. Portanto, a partir do momento em que a palavra escravo é citada nos textos, de imediato cria-se a ligação entre escravo e negro. Ou seja,

[...] os quatrocentos terríveis anos de escravatura negra deixaram profundas marcas entre nós, facilmente perceptíveis em histórias e piadas, carregadas de preconceito. Esse legado é tão forte que, pra nós, parece que a única escravidão da História foi a que atingiu os povos negros africanos [...]. (BORGES, 2002, p. 23)

Podemos concluir que a simples existência da Lei 10639/03 e os cursos de capacitação para os profissionais da educação com o foco “História e Cultura AfroBrasileira” não é a garantia da sua aplicação. Acredita-se que além de investir na formação continuada dos/as professores/as, pois embora alguns já tenham conhecimento da lei, sabem de sua importância, não possuem os recursos (habilidades) necessários para transmiti-la aos alunos/as, orientá-los sobre quais as metodologias adequadas para se tratar o assunto em sala de aula.

Concordamos com Munanga (2004) quando este diz que:

Não se luta contra o racismo apenas com retórica e leis repressivas, não somente com políticas macrosociais ou universalistas, mas também, e, sobretudo, com políticas focadas ou específicas em benefício das vítimas do racismo numa sociedade onde este é ainda vivo”. (p. 15)

O questionário foi escolhido por ser a forma mais rápida de obter o resultado e de se avaliar ainda em sala de aula. Foram escolhidas perguntas chaves as quais seriam todas respondidas durante a apresentação da aula, perguntas por exemplo de como ele via sua cor, sua religiosa, conhecimentos básicos sobre África, sendo todas fechadas e uma pergunta aberta onde ele (o aluno) pudesse colocar o que vinha na sua mente de imediato quando o ouvia a palavra África.

Temos também como exemplo, este questionário de uma das alunas do 2º, que segundo ela quando ouve a palavra África a primeira coisa que vem em sua mente é

que ela vê a África como “*um continente muito rico em cultura, religião, população e minérios*” .

Após recolher os questionários que foram aplicados no início da aula foi feita uma rápida análise das repostas obtidas.

Ao contrário do que esperávamos, a aceitação dos alunos quanto a questão religiosa foi totalmente tranquila quando falamos sobre religiões de matrizes africanas, alguns inclusive disseram ter conhecimento sobre o assunto.

Antes de qualquer apresentação cada aluno respondeu sobre a visão que tinha do continente Africano, foi dada total liberdade para que eles pudessem escrever o que sabiam de acordo com sua vivência e seu entendimento.

Alguns alunos que já eram repetentes ou mais velhos já tinham alguma informação positiva sobre o continente africano, o que facilitou o andamento da aula permitindo também que os alunos interagissem na aula.

Nas salas de 1º ano, a aplicação foi muito mais difícil pois os alunos tinham pouco conhecimento e toda nova informação era motivo para piada, seja com comentários aleatórios sem fundamento ou até mesmo com agressões verbais contra outros alunos da sala de aula.

Um aluno, quando questionado do que ele lembrava quando lia a palavra “África” respondeu logo dizendo o nome de um outro aluno negro da sua sala seguido da pergunta: “*Fulano, conta pra gente como é lá!*”. O assunto foi levado na brincadeira pois segundo a turma esta “brincadeira” acontecia sempre na sala de aula e o aluno atingido já estava “acostumado”.

Alguns alunos responderam que ao ouvirem a palavra África o primeiro pensamento que vinha na sua mente era “negros”, o que foi bastante válido, pois o impacto que tiveram quando foi mostrado para ele algumas fotos e atores famosos que eram africanos porem de cor branca, como por exemplo Charlize Theron e Arnold Vosloo por exemplo. Ao verem que pessoas brancas também poderiam ser de origem africana, a sala se acalmava e os alunos começavam a se questionar “Será que eu sou Africano e não sei? ”, pois ao se depararem com uma imagem de Miss África do Sul, notaram que todas as meninas eram brancas.

Quanto a pobreza e fome que foi um dos pontos que grande parte dos alunos destacaram, foi discutido o porquê dessa definição referindo-se ao continente, muitos disseram que era por causa da televisão e dos livros didático, onde só viam imagens e notícias de guerra, fome e escravos. Durante a aula foi apresentado os países mais ricos

da África com imagens de riqueza e poder para que eles pudessem ver que não é só pobreza e guerra que domina aquele continente. Obviamente que no continente existem os locais onde a miséria é altamente incidente e também os locais onde a economia está mais para subdesenvolvimento, mas ao contrário do que a maioria dos alunos tinham como definição de África, o continente não pode ser julgado como se fosse um só país ainda em moldes pré-históricos. Esse momento foi interessante e bastante engraçado, ou até mesmo trágico, pois alguns alunos que antes “odiavam” África” diziam ao final da aula *“Tia é caro ir pra lá? ”*, *“Tia eu quero ir na África”*, *“Tia lá tem shopping, energia e asfalto, pensei que era só bicho, eu morria de medo”*.

Foi uma experiência bem válida pois pode ser visto resultado logo ao final das aulas, embora não tenha sido fácil a aplicação em sala de aula, mas depois dos primeiros 15 minutos de aula, quando foi apresentado pontos positivos do continente, os alunos ao perceberem que seria um assunto diferente sobre um tema *“chato pra caramba”* (fala de um aluno), os mesmo se comportaram e mostravam interesse sobre o tema, pois segundo a 80% dos alunos tinham coisas lá que eles nem sabiam, como por exemplo, uma coisa que os deixaram bastante entusiasmados foi a fato de ter Africanos brancos, o que demonstra a dificuldade de se trabalha o tema uma vez que o interesse dos alunos mudaram ao saber desse fato.

Esses temas fizeram com que os alunos fossem motivados por questões de grande relevância para pensarmos os problemas do ensino de Geografia quanto ao continente africano, apesar das questões apresentadas serem simples as mesmas trouxeram elementos para entendermos o estado da arte das problemáticas colocadas até aqui.

Sexo: ☒ M ☐ F

Qual sua série? 3º Ano Ensino Médio

☒ Sim. Em qual (is) disciplinas? História e Geografia.

☐ Não

4. Para você África é:

☐ País ☒ Continente ☐ Estado ☐ Cidade ☐ Floresta ☐ Outro: _____

5. Escreva ou desenhe qual a primeira coisa que vem a mente quando você escuta a palavra "África".

Quando eu penso na África a primeira coisa que me vem na cabeça é um continente esquecido e discriminado por todos as pessoas do mundo, principalmente os brancos.

A África para essa aluna é um continente esquecido, isso tem grande relevância para refletirmos que essa visão de que o continente é dependente do resto do mundo e que esse esquecimento precisa ser apagado, ou seja, a resposta também apresenta uma consciência crítica ao trazer os brancos como responsáveis por esse esquecimento, mas essa resposta precisa ser pensada como uma sinalização de uma educação conservadora, já que a ajuda ao continente é lembrada em primeiro plano e não as questões coloniais de exploração. Também é importante frisarmos que muitas respostas não foram minimamente adequadas, mostrando desinteresse de alguns alunos, essa situação apenas foi melhorando quando abordamos o cotidiano deles com as questões do continente africano, mesmo assim um grupo mostrou-se apático para com a questão.

Outra resposta que selecionamos para refletir a importância da lei 10.639/03 é a seguinte:

Sexo: Q M O F Qual sua série?

1. Porque você escolheu participar do projeto? _____

4. Você tem ou teve alguma aula que falasse de África?

O Sim. Em qual (is) disciplinas? _____

O Não

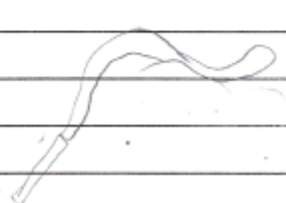
5. Para você África é:

O País O Continente O Estado O Cidade O floresta Outro: mercado de negro

6. Escreva ou descreva qual a primeira coisa que vem a mente quando você escuta a palavra

"África".

chicotadas



A resposta quanto ao que é a África para você o aluno escreveu: Mercado de Negros, tendo as opções país, continente, estado, floresta e outros. O aluno assinalou outros e escreveu que a África é um mercado de negros, em seguida no ponto 6 do questionário foi perguntando o que a palavra África significa e o aluno escreveu chicotadas e desenhou um chicote. Resposta extremamente racista, com rigor de tudo que é pior para um ser humano pensar, sem qualquer constrangimento diante de nós, eu como professora negra, o aluno disponibilizou esse ato racista. Essa falta de constrangimento se dá por um dos dois motivos: pela certeza que pensa correto e por isso um racista declarado ou uma adolescente que precisa buscar sua identidade. Neste sentido, é fundamental a ampliação dos trabalhos docentes que tragam a lei 10.639/03 para o ensino de Geografia e subtraía toda essas especulações racistas.

O chicote é uma agressão. As palavras desse aluno fundamentam o racismo e são fundamentadas pelas mesmas. Não se trata de um aluno demonstrar esse racismo, mas como o mesmo aprendeu esses valores e quanto a escola não contribuiu até aquele

momento (terceiro ano do ensino médio) para que esses valores racistas fossem destituídos de suas constituições ideológicas.

Quando trouxemos no primeiro capítulo a importância do ensino de Geografia e a lei 10.639/03 foi justamente por entendermos que esses problemas são estruturais na sociedade brasileira e com a educação mais crítica e pela totalidade do entendimento do continente africano conseguimos avançar para um país melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que além de investir na formação continuada dos/as professores/as, pois embora alguns já tenham conhecimento da lei, sabem de sua importância, não possuem os recursos (habilidades) necessários para transmiti-la aos alunos/as, orientá-los sobre quais as metodologias adequadas para se tratar o assunto, ressaltando sua parcela de responsabilidade enquanto agente de mudanças e assim estabelecer uma reflexão do seu papel no processo enquanto educador.

No final dos anos 1970, Carlos Hasenbalg ao publicar o livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979), observa que ser branco e pobre no Brasil nunca será o mesmo que ser negro e pobre, porque apresentar aos negros pobres as mesmas políticas públicas de igualdade social que se apresenta aos brancos significa ignorar sua condição histórica. Para o autor, a discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros, mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros, este autor afirma que:

Com a abolição do escravismo, o racismo, como construção ideológica e conjunto de práticas mais ou menos articuladas, foi preservado e em alguns acasos até mesmo reforçado. (HASENBALG, 2005, p. 120)

Essa metodologia utilizada para apresentar aos alunos e também professores um modelo de aula que fosse possível aplicar a lei 10639 em sala de aula sem sair do cronograma anual e também fazendo que os alunos descubram uma África para além dos livros didáticos, os quais em sua maioria mostram apenas características negativas do continente Africano. Com esse modelo de aula além de apresentar ao aluno, é possível fazer com que de certa forma alunos negros se reconheçam como seres participantes ativo na formação da população, fazendo com que eles se identifiquem tanto com sua cor quanto com outras características físicas, podendo isso ser positivo tanto na vida escolar quanto além dos muros da escola, pois a partir do momento que o aluno negro percebe que seus antepassados e África tem coisas positivas e não apenas negativas como se é destacado, o educador contribui para a auto afirmação desse aluno, contribuindo assim positivamente para sua formação pessoal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T. O dito e o não dito no Ensino de Geografia: A África e a Lei 10.639/03. Uberlândia, 2017. (mimeo.).

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD/SEPP/IR/INEP, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

COELHO, Luciano Silveira. JOGOS E BRINCADEIRAS AFRICANAS. 2010. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=19530>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CULTURA afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>. Acesso em: 20 fev. 2016.

EIS, João José Reis. RESISTÊNCIA ESCRAVA NA BAHIA. "PODEREMOS BRINCAR, FOLGAR E CANTAR...": O PROTESTO ESCRAVO NA AMÉRICA. Revista Afro-Ásia, nº 14, p. 107-108, 1983.

ESTA é a África dos contrastes!!! Imagens de tirar o fôlego!!!. Música: Waka Waka.[s.i], 2010. (9 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-VRtSaGV0gQ>. Acesso em: 02 maio 2011.

FREIRE, Paulo, 1921-1997 A África ensinando a gente : Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Paulo Freire, Sérgio Guimarães. -- 2. ed. - São Paulo : Paz e Terra, 2011.

JOGOS Africanos e Afro-brasileiros. 2011. Disponível em: <http://www.laabufpa.com/jogos-africanos.html>. Acesso em: 02 mar. 2016.

KIT A Cor Da Cultura. 2004. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/kit>. Acesso em: 15 fev. 2016.

LABIRINTO - Livro "Jogos de Moçambique" Referência: PRISTA, Antonio; TEMBE, Mussa; EDMUNDO, Helio. Jogos de Moçambique. Maputo: INEF; Lisboa: CIDAC, 1992. 79p

Lei nº 10.639/ 2003: o que mudou com relação ao racismo? Date: 21/06/2017 in: Sem 52

MABOGUNJE, A. A GEOGRAFIA HISTÓRICA: ASPECTOS FÍSICOS. In: KIZERBO. J. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África,

Brasília:UNESCO, 2010. P.367-686. Disponível em: <HTTP://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>

MELO, André Luiz. INFLUÊNCIA AFRICANA NA CULTURA BRASILEIRA. 2012.Disponível em: <<https://www.estudokids.com.br/a-influencia-africana-na-culturabrasileira/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.a-na-musica-religiao-e-culinaria>. Acesso em: 25fev. 2016.

MERCATOR E OS GEÓGRAFOS: EM BUSCA DE UMA “PROJEÇÃO” DO MUNDO. Ceará: 000, v. 2, 2003. PENA, Rodolfo F. Alves. **África Negra**. 2016. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/africa-negra.html>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

ROTAS da escravidão. 2012. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p5.php>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SANTOS, C. O ENSINO DE GEOGRAFIA E A CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA ESCOLA. Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014. P.1-15. Disponível em:<<http://seer.canoas.ifrs.edu.br/seer/index.php/tear/article/view/161>>. Acesso em: 02 jun.2016.

SANTOS, Edson. Ação Afirmativa Contra o Racismo. Disponível em:<<http://www.camara.rj.gov.br/noticias/1999/12/10b.htm>>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

SANTOS, Rita de Cassia Mota. GEOGRAFIA E QUESTÃO RACIAL: A LEI 10.639/03 NO CURRÍCULO OFICIAL DE GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2016. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2016. SILVA, Ilzimeire Alves. Lei 10639/03: Entre o ideal e o real. In: V Seminário Racismo e Educação & IV Seminário de Gênero, Raça e Etnia, 2010. Núcleo de Estudos Afro Brasileiros, Universidade Federal de Uberlândia - Novembro, 2010. ISSN: 2176-1949.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, p. 155-156. 2005.

TONINI, Ivaine Maria. Identidades étnicas: a produção de seus significados no livro didático de Geografia. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Anais... Caxambu: ANPED, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm#gt13>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

YANO, Wanessa. **Super Heroínas Negras para chamar de sua :) – Parte I**. 2015. Disponível em: <<https://esseeasomaisumblogdemoda.wordpress.com/2015/10/12/10-super-heroinas-negras-para-chamar-de-sua-parte-i/>>. Acesso em: 13 mar. 2016. 53

ZAJACZKOWSKI, Helena. COMO TRABALHAR A LEI Nº 10.639/2003 SUGESTÕES PARA AS DISCIPLINAS. 2013. Disponível em: <<http://culturaafrocristorei.blogspot.com.br/2012/10/como-trabalhar-lei-n-106392003.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016

ZAJACZKOWSKI, Helena. **HERANÇA AFRICANA**. 2012. Disponível em: <<http://culturaafrocrstorei.blogspot.com.br/2012/10/heranca-africana.html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.